

**Suplemento Definitivo ao Prospecto do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários
6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da**



**SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO**



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Rua Costa Carvalho, nº 300 - 05429-900 São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

ISIN 1ª Série nº BRSBSPDBS0L6

ISIN 2ª Série nº BRSBSPDBS0M4

ISIN 3ª Série nº BRSBSPDBS0N2

Rating: Standard & Poor's "brA"

Fitch Atlantic Ratings: "A(bra)"

R\$ 600.000.000,00

Distribuição pública de 600.000 (seiscentas mil) debêntures simples não conversíveis em ações, da 6ª emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (a "Emissão" e a "SABESP", "Companhia" ou "Emissora"), todas nominativas e escriturais, em três séries, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) (as "Debêntures"), perfazendo o montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 1º de setembro de 2004 (a "Oferta" e a "Data de Emissão", respectivamente).

A Emissão foi aprovada conforme deliberação (i) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de junho de 2004, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 13 de julho de 2004, e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP ("JUCESP"), sob o nº 339.613/04-0, em 17 de julho de 2004, (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 26 de agosto de 2004, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo em 28 de agosto de 2004, e arquivada na JUCESP, sob o nº 398462/04-5, em 31 de agosto de 2004, e (iii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de setembro de 2004, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 15 de setembro de 2004, e será devidamente arquivada na JUCESP.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado primário por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a "Oferta"). As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

A Oferta é realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia (o "Programa de Distribuição"), arquivado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 17 de setembro de 2004, sob o nº CVM/SRE/PRO/2004/004. A Oferta foi registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") em 17 de setembro de 2004, sob o nº CVM/SRE/DEB/2004/031 para 1ª série, nº CVM/SRE/DEB/2004/032 para 2ª série e nº CVM/SRE/DEB/2004/033 para 3ª série.

Instituições Intermediárias da 6ª Emissão



A Instituição Intermediária Líder da 6ª Emissão é o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

"A Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures."

"As Instituições Intermediárias desenvolveram esforços no sentido de verificar a suficiência e a qualidade das informações constantes deste Suplemento, com base no que julgam necessário para uma adequada tomada de decisão por parte de investidores. Este suplemento foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, não implicando por parte das Instituições Intermediárias, garantia de precisão e veracidade das informações prestadas, ou qualquer julgamento da situação e do desempenho da Emissora em suas atividades e/ou das Debêntures."

"Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures, a Emissora e os Coordenadores recomendam aos potenciais investidores a leitura deste Suplemento em conjunto com o Prospecto do Programa de Distribuição." Para avaliação dos riscos associados à Oferta, os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta", na página 38 deste Suplemento, bem como os demais fatores de risco descritos na Seção "Fatores de Risco" do Prospecto do Programa de Distribuição.

"O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre as Debêntures ofertadas."



"A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários registrado no 5º Ofício de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 497585, atendendo aos padrões mínimos de informação contidos no mesmo, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da Companhia, das instituições participantes e dos títulos e valores mobiliários objeto da oferta."

A data deste Suplemento é 17 de setembro de 2004

Índice

1. INTRODUÇÃO

Definições	5
Resumo das Características da Oferta	7

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Administradores da Emissora.....	13
Coordenador Líder	13
Coordenadores	13
Banco Mandatário	14
Agente Fiduciário.....	14
Consultores Legais	14
Auditores	15
Declaração dos Administradores da Emissora e do Coordenador Líder.....	15

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Características da Oferta	19
Contrato de Distribuição	32
Destinação dos Recursos	37
Fatores de Risco.....	38

4. ANEXOS

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de junho de 2004.....	41
Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizado em 26 de agosto de 2004	47
Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizado em 13 de setembro de 2004	55
Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, sem Garantia, para Distribuição Pública da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP	61
Súmulas das Análises por Agências de Rating	101

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. INTRODUÇÃO

Definições

Resumo das Características da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S. A.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
Anúncio de Início	Anúncio de início da distribuição pública das Debêntures
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BOVESPA FIX	Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA
CBLC	Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Companhia, Emissora ou SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, da 6ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, celebrado entre a Companhia, o UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A., o BB Banco de Investimento S.A., o Banco Santander Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco ABN AMRO Real S.A, em 08 de setembro de 2004.
Coordenador Líder	UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.
Coordenadores	BB Banco de Investimento S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A., incluindo-se sempre o Coordenador Líder, exceto quando houver remissão expressa em contrário
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas, escriturais, da 6ª emissão da Companhia. As Debêntures a serem alocadas à 1ª série serão identificadas como “Debêntures da 1ª Série”, as Debêntures a serem alocadas à 2ª série serão identificadas como “Debêntures da 2ª Série” e aquelas alocadas à 3ª série, como “Debêntures da 3ª Série”
Escritura de Emissão	Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, celebrada entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 19 de agosto de 2004 e aditada em 15 de setembro de 2004.

IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976
Programa de Distribuição	Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia, com limite de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), registrado na CVM sob n.º CVM/SRE/PRO/2004/004, em 17 de setembro de 2004.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP
SND	Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP
Suplemento	Suplemento ao Prospecto do Primeiro Programa de Valores Mobiliários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
Taxa DI	Taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissora:	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
Valor Mobiliário:	Debêntures Simples
Data de Emissão das Debêntures:	1º de setembro de 2004
Agente Fiduciário:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Banco Mandatário:	Banco Bradesco S.A.
Coordenador Líder:	UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.
Coordenadores	BB Banco de Investimento S.A., Banco Santander Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A., incluindo-se sempre o Coordenador Líder, exceto quando houver remissão expressa em contrário.
Valor Total da Emissão:	R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).
Número de Séries:	As Debêntures serão emitidas em três séries. O número de Debêntures alocado em cada uma das séries da Emissão, assim como a remuneração de cada uma das séries, foi definido em processo de <i>bookbuilding</i> , conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (“Processo de <i>Bookbuilding</i> ”).
Quantidade de Debêntures:	600.000 (seiscentas mil) Debêntures, sendo 231.813 (duzentas e trinta e uma mil, oitocentas e treze) Debêntures da 1ª Série, 188.267 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e sessenta e sete) Debêntures da 2ª Série e 179.920 (cento e setenta e nove mil, novecentas e vinte) Debêntures da 3ª Série.
Valor Nominal Unitário das Debêntures:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.
Espécie:	As Debêntures serão da espécie quirografária.
Forma e Conversibilidade:	As Debêntures serão da forma nominativa, escritural e não conversíveis em ações.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2007. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2009. As Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2010.

Preço de Subscrição:	As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data de integralização (o “Preço de Subscrição”).
Remuneração das Debêntures da 1ª Série	A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (a “Remuneração da 1ª Série”) que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário e estabelecidos com base na Taxa DI, acrescida do <i>spread</i> ou sobretaxa de 1,75% ao ano (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”) definida em processo de <i>Bookbuilding</i> .
Remuneração das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série:	A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série farão jus a remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário e juros remuneratórios (a “Remuneração da 2ª Série”, “Remuneração da 3ª Série” e, quando designadas em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, simplesmente a “Remuneração”). Juros Remuneratórios: As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa fixa de 11,00% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada período (“Juros Remuneratórios”), definidos em processo de <i>Bookbuilding</i> . Atualização: As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado anualmente a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M (“Atualização”).
Data de Pagamento da Remuneração e da Atualização:	Os valores relativos à Remuneração da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano. Os valores relativos à Remuneração da 2ª Série e à Remuneração da 3ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: (i) Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série, que deverá ocorrer na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série e na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série; e (ii) Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º do mês de setembro de cada ano.
Prazo e Forma de Integralização:	As Debêntures poderão, observado o § 3.º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Distribuição”), com integralização à vista no ato da subscrição. A integralização será realizada (i) em moeda corrente nacional; e/ou (ii) por meio da entrega à Emissora de notas promissórias emitidas pela Emissora de acordo com sua 2ª Emissão de Notas Promissórias para Distribuição Pública, autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora ocorrida em 17 de junho de 2004 e registrada na CVM em 15 de julho de 2004 sob o nº CVM/SRE/RNP/2004/003 (as Notas Promissórias).

Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os Debenturistas que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.
Amortização:	Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será pago integralmente nas respectivas datas de vencimento das Debêntures.
Resgate Antecipado Facultativo:	Não haverá resgate antecipado das Debêntures.
Colocação:	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Imunidade de Debenturistas	Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.
Quoruns Mínimos de Deliberação em Assembléia Geral de Debenturistas	Todas as deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas serão tomadas por Debenturistas representando, pelo menos, a maioria do total das Debêntures em circulação presentes às respectivas Assembléias, exceto (a) nos casos de aprovação de fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que dependerão de aprovação de, no mínimo, 2/3 dos votos dos Debenturistas detentores das Debêntures em circulação, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, e (b) nos casos em que a deliberação tiver por objetivo alterar as condições de (i) Remuneração, (ii) de Prazo de Vencimento das Debêntures e (iii) dos Eventos de Vencimento Antecipado das Debêntures, que dependerão da aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 85% das Debêntures em circulação, observadas as disposições previstas no artigo 71, §5º da Lei nº 6.404/76, a respeito do quorum mínimo legal. Nos casos de ausência de divulgação do parâmetro de remuneração fixado para as Debêntures, o novo parâmetro deverá ser aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação. As deliberações que tiverem por objeto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão, conforme aditada, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação.

Negociação:	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, no qual os negócios são liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC e no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Público Alvo:	O público alvo da Oferta são investidores pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e demais investidores institucionais ou qualificados.
Inadequação do Investimento:	A Oferta não é destinada aos investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures é restrito.
Destinação dos Recursos:	Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados à liquidação de obrigações financeiras da Emissora com vencimento durante o exercício de 2004, notadamente: a) resgate antecipado de Notas Promissórias da sua 2ª Emissão, no valor de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) que correspondem aos recursos captados até o momento, registrada sob o número CVM SRE/RNP/2004/003 em 15 de julho de 2004, e que apresentam remuneração de 105% da Taxa DI e prazo de vencimento de 180 dias; b) pagamento da 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor atual em circulação aproximado de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), em cinco séries, registrada sob os números CVM/SRE/DEB/1999-030 a 035, com remuneração à Taxa DI acrescida de 2,85% ao ano e com vencimento em 24 de setembro de 2004; c) amortização das parcelas da 4ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, vincendas em setembro e dezembro de 2004, no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), registrada sob o número CVM/SRE/DEB/2001-022, com remuneração à Taxa DI acrescida de 1,20% ao ano, amortizações trimestrais e o último vencimento em 15 de dezembro de 2006; d) pagamento ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente da União, de parcelas mensais totalizando R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) até outubro de 2004, referentes à dívida atualizada pela UPR – Unidade Padrão de Referência (igual à TR – Taxa Referencial) acrescida de juros à taxa de 8,5% ao ano e vencimento final em 2014.
Informações Adicionais:	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia, a Oferta e o Programa de Distribuição poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM.

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Administradores da Emissora

Coordenador Líder

Coordenadores

Banco Mandatário

Agente Fiduciário

Consultores Legais

Auditores

Declaração dos Administradores da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, ASSESSORES E AUDITORES

Administradores da Emissora

Quaisquer outras informações sobre a Emissora, a Oferta, este Suplemento e o Programa de Distribuição poderão ser obtidas junto à Emissora, no seguinte endereço:

Rua Costa Carvalho, n.º 300
05429-900 – São Paulo – SP
At.: Sr. Rui de Brito Álvares Affonso
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3388-8247
Fac-símile: (11) 3815-4465
Correio Eletrônico: raffonso@sabesp.com.br

Coordenador Líder

Quaisquer outras informações sobre a Oferta, este Suplemento e o Programa de Distribuição poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder, no seguinte endereço:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Avenida Eusébio Matoso, n.º 891 – 18º andar
05423-901 – São Paulo - SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Superintendente de Mercado de Capitais
Telefone: (11) 3097-1213
Fac-símile: (11) 3813-2675
Correio Eletrônico: glenn.mallett@unibanco.com.br

Coordenadores

Quaisquer outras informações sobre a Oferta, este Suplemento e o Programa de Distribuição poderão ser obtidas junto aos demais Coordenadores, nos seguintes endereços:

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, n.º 105 - 28º andar
20031-080– Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Leonardo Loyola Reis
Telefone: (21) 3808-3773 ou 3722
Fac-símile: (21) 3808-3239
Correio Eletrônico: leoloyola@bb.com.br/gemec@bb.com.br

Banco Bradesco S.A.
Avenida Paulista, n.º 1450 – 3º andar
01310-917 - São Paulo – SP
At.: João Carlos Zani / Rodrigo Margoni
Telefone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4838
Correio eletrônico: 4013.zani@bradesco.com.br/4013.margoni@bradesco.com.br

Banco Santander Brasil S.A.
Rua Amador Bueno, n.º 474 – 3º andar, Bloco C
04752-005 – São Paulo – SP
At.: Ricardo Leoni
Telefone: (11) 5538-6792
Fac-símile: (11) 5538-8252
Correio eletrônico: ricardoc@santander.com.br

Banco ABN AMRO Real S.A.
Avenida Paulista, n.º 1.374 – 16º andar
01310-916 – São Paulo - SP
At: Sr. Ciro Giannini
Telefone: (11) 3174 6830
Fac-símile: (11) 3174 6809
Correio eletrônico: ciro.giannini@br.abnamro.com

Banco Mandatário e Instituição Depositária

O Banco Mandatário e instituição depositária pode ser contatado no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus - Vila Iara - Prédio Amarelo - 2º andar - Osasco - SP At.: Sr. Rogério P. Felgueiras / Sr. Ademir R. dos Santos
Telefone: (11) 3684.2309 / 9289
Fac-símile: (11) 3684.5645 / 9281
Correio eletrônico: 4010.felgueiras@bradesco.com.br / 4010.rufino@bradesco.com.br
Fone: 11-- Fax: 11- 3684.9281

Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205
Condomínio Downtown – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro
At.: Sr. Juarez Dias Costa
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

Assessores Legais

Os assessores legais da Companhia podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
01403-001 - São Paulo - SP
PABX: (11) 3147-7600

Os assessores legais dos Coordenadores podem ser contatados no seguinte endereço:

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados
Rua Funchal, n.º 263 – 11º andar
04551-060 São Paulo - SP
PABX: (11) 3089-6500

Auditores Independentes

Os auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras da Emissora podem ser contatados no seguinte endereço:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Rua Alexandre Dumas, n.º 1.981
04717-916 São Paulo - SP

At.: Sr. Marco Antônio Brandão Simurro
Telefone: (11) 5185-2232
Fac-símile: (11) 5181-8024
Correio Eletrônico: mbrandao@deloitte.com.br

Declaração dos Administradores da Emissora e do Coordenador Líder

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03:

A Emissora e o Coordenador Líder declaram que o presente Suplemento contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e das Debêntures, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Características da Oferta

Contrato de Distribuição

Destinação dos Recursos

Fatores de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Número de Debêntures, Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão

Serão emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures, em três séries, as quais terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”), perfazendo o montante total de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”).

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures é 1º de setembro de 2004 (a “Data de Emissão”).

Número de Séries

A Emissão será realizada em três séries, sendo 231.813 (duzentas e trinta e uma mil, oitocentas e treze) Debêntures da 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”); 188.267 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e sessenta e sete) Debêntures da 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série”) e 179.920 (cento e setenta e nove mil, novecentas e vinte) Debêntures da 3ª Série (“Debêntures da 3ª Série”).

A remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos no item “Remuneração”, bem como o número de Debêntures a ser alocado em cada série, foram definidos em procedimento de bookbuilding, conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros.

Ao final do procedimento de bookbuilding, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a remuneração e o número de Debêntures de cada uma das séries da Emissão.

Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures serão simples, da forma nominativa, escritural e não conversível em ações de emissão da Companhia.

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2007. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2009. As Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2010.

Após os respectivos prazos de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

Distribuição e Negociação

As Debêntures serão distribuídas no mercado primário por meio do SDT, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, e registradas para negociação no mercado secundário (a) no BOVESPA FIX, no

qual os negócios são liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC e (b) no SND, administrado pela ANDIMA, sendo as Debêntures custodiadas e os negócios liquidados na CETIP.

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

Observado o § 3.º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início, com integralização à vista, no ato da subscrição. A integralização será realizada (i) em moeda corrente nacional; e/ou (ii) por meio da entrega à Emissora de notas promissórias emitidas pela Emissora de acordo com sua 2ª Emissão de Notas Promissórias para Distribuição Pública, autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora ocorrida em 17 de junho de 2004 e registrada na CVM em 15/07/2004 sob nºCVM/SRE/RNP/2004/003 (as “Notas Promissórias”). Para fins de integralização de Debêntures mediante a entrega de Notas Promissórias, será considerado o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração (conforme definido no Anúncio de Início de Distribuição Pública das Notas Promissórias) até a data da efetiva integralização das Debêntures (“Valores das NPs”), de modo que para a integralização de Debêntures nos termos deste item (ii) será necessária a entrega de Notas Promissórias cujos respectivos Valores das NPs se aproximem ao máximo possível do Preço de Subscrição das Debêntures, sendo que eventuais diferenças deverão ser complementadas em dinheiro.

Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização.

Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

Remuneração das Debêntures da 1ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (a “Remuneração da 1ª Série”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP (a “Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido a seguir, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

- J valor da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe valor nominal das Debêntures da 1ª Série, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

- FatorDI produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- nDI número total de Taxas DI, sendo “nDI” um número inteiro;
- TDIk Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

onde:

- k 1, 2, ..., n;
- DIk Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- dk número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “dk” um número inteiro;

- FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- spread spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
- n É o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;
- DT É o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro;
- DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série.

Ausência de Divulgação: No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração da 1ª Série a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente e o Acréscimo sobre a Taxa DI.

Remuneração das Debêntures da 2ª Série e Remuneração das Debêntures da 3ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série da presente Emissão farão jus a remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário e juros remuneratórios (a “Remuneração da 2ª Série”, “Remuneração da 3ª Série” e, quando designadas em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, simplesmente a “Remuneração”), na forma descrita a seguir:

Atualização

As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

VNa	é o Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
VNe	é o Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
IGP-M0	é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;
IGP-M1	é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;
IGP-M2	é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;
IGP-Mn	é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;
IGP-Mn-1	é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";
dup	é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização;
dut	é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base.

Para os efeitos das definições acima, considera-se “datas de aniversário” as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e “data base” como a data de aniversário de cada mês.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Na data em que ocorrer a subscrição das Debêntures, e somente para fins de apuração do preço de subscrição, caso não haja divulgação do IGP-M referente ao mês em que a subscrição das Debêntures estiver sendo realizada, deverá ser utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, a última projeção de IGP-M da ANDIMA, conforme prévia divulgada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, disponível no endereço da rede mundial de computadores “www.andima.com.br”, ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

A aplicação do IGP-M será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado pro rata temporis, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série.

Ausência de Divulgação: No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma abaixo

Juros Remuneratórios

As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa fixa de 11,00% (onze por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J	valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa	taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
n	é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DT	é o número de dias úteis entre o último e o <u>próximo</u> evento, sendo "DT" um número inteiro;
DP	é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

Para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração da 1ª Série, exclusive.

Para as Debêntures da 2ª Série e para as Debêntures da 3ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da respectiva Remuneração, exclusive.

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Amortização

Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será pago integralmente nas respectivas datas de vencimento das Debêntures.

Pagamento da Remuneração

Os valores relativos à Remuneração da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano.

Os valores relativos à Remuneração da 2ª Série e à Remuneração da 3ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: (i) Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série, que deverá ocorrer na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série e na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série; e (ii) Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º do mês de setembro de cada ano;

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da 1ª Série, da 2ª Série e/ou da 3ª Série que estiverem em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.

Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas aqui previstas, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Vencimento Antecipado

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado da 6ª Emissão e sujeito ao disposto abaixo, da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Emissora, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de concordata preventiva ou de auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) extinção ou dissolução da Emissora;
- (d) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;
- (e) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (f) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São

Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;

- (g) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (“Reorganização”) que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará a obrigação de manutenção de Índices Financeiros (conforme definido em “m” a seguir) e (iv) a receita operacional líquida da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE), conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) deste item são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas aqui prevista;
- (h) protestos legítimos e reiterados de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência;
- (i) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (j) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (k) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;

- (l) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão; e
- (m) não observância ou manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2004, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (2) EBITDA / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamento de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora das obrigações deste item somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 2 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28.

Quando da ocorrência dos eventos indicados nos subitens (e) a (m) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido abaixo. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pela Emissora.

A Assembléia de Debenturistas de que trata este item poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados acima.

Assembléia Geral de Debenturistas

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-à o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

Serão excluídas do quorum de deliberação as Debêntures em tesouraria da Emissora e de titularidade de diretores, conselheiros ou administradores da Emissora, incluindo as respectivas sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum e seus parentes até o segundo grau.

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas serão tomadas por Debenturistas representando, pelo menos a maioria do total das Debêntures então em circulação, presentes à respectiva Assembléia, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da Escritura de Emissão ou da legislação em vigor.

As alterações da Remuneração, do prazo de vencimento das Debêntures e/ou dos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

As alterações dos quoruns qualificados estabelecidos na Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

A Assembléia de Debenturistas de que trata o item “Vencimento Antecipado” acima poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, nas hipóteses ali mencionadas.

O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar separadamente uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições relativas ao quorum de instalação e deliberação mencionadas acima aplicar-se-ão somente aos Debenturistas de tal série.

As matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora em 30 de junho de 2004, era de R\$ 3.403.688.565,23 (três bilhões, quatrocentos e três

milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a debêntures de outras emissões da Emissora em circulação em 30 de junho de 2004, era de aproximadamente R\$ 1.655.116.000,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e cinco milhões e cento e dezesseis mil reais).

Autorizações Societárias

A Emissão foi deliberada em (i) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 17 de junho de 2004, cuja ata foi registrada na JUCESP, sob o n.º 339.613/04-0, em 07 de julho de 2004, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 13 de julho de 2004, (ii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 26 de agosto de 2004, cuja ata foi registrada na JUCESP, sob o n.º 398462/04-5, em 31 de agosto de 2004, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo em 28 de agosto de 2004, e (iii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de setembro de 2004, cuja ata será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 15 de setembro de 2004, e será devidamente arquivada na JUCESP.

Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, incluindo o Anúncio de Início e o anúncio de encerramento da distribuição pública das Debêntures, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

Classificação de Risco

A Emissora contratou a Standard & Poor's e a Fitch Atlantic Ratings para a elaboração de relatório de classificação de risco para esta Emissão. Estes relatórios se encontram no Anexo deste Suplemento.

A Standard & Poor's vem fornecendo classificações de risco para instituições brasileiras bem como para emissões brasileiras no mercado global desde 1992, e no mercado brasileiro desde 1998. No Brasil, a Standard & Poor's possui aproximadamente 200 avaliações públicas, incluindo emissores e emissões. Além disso, a S&P avalia aproximadamente 700 fundos com a classificação star ranking. Com escritórios e empresas afiliadas em 24 países, a Standard & Poor's presta serviços a investidores e emissores em mais de 60 países. A Standard & Poor's classificou a Oferta como "brA".

A Fitch Atlantic Ratings é uma agência internacional de rating que fornece aos investidores do mercado global de capitais a mais alta qualidade em ratings e análise. Sediada em Nova Iorque e Londres, além de possuir um escritório em Chicago, a Fitch Atlantic Ratings atribui ratings a entidades de 75 países e possui aproximadamente 1.100 funcionários em mais de 40 escritórios do mundo. Resultado da fusão entre IBCA, Fitch, Thomson BankWatch e Duff & Phelps Credit Rating Co., a agência fornece ratings a diversas instituições financeiras, bancos, empresas, operações estruturadas, seguradoras, países e mercado de finanças públicas. A Fitch classificou a presente oferta pública como A(bra).

Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores nos endereços abaixo indicados:

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Avenida Eusébio Matoso, n.º 891 – 18º andar
05423-901 – São Paulo - SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Superintendente de Mercado de Capitais
Telefone: (11) 3097-1213
Fac-símile: (11) 3813-2675
Correio Eletrônico: glenn.mallett@unibanco.com.br

BB Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas, n.º 105 - 28º andar
20031-080 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Leonardo Loyola Reis
Telefone: (21) 3808-3773 ou 3722
Fac-símile: (21) 3808-3239
Correio Eletrônico: leoloyola@bb.com.br/gemec@bb.com.br

Banco Bradesco S.A.

Avenida Paulista, n.º 1450 – 3º andar
01310-917- São Paulo – SP
At.: João Carlos Zani / Rodrigo Margoni
Telefone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4838
Correio eletrônico: 4013.zani@bradesco.com.br/4013.margoni@bradesco.com.br

Banco Santander Brasil S.A.

Rua Amador Bueno, n.º 474 – 3º andar, Bloco C
04752-005 – São Paulo – SP
At.: Ricardo Leoni
Telefone: (11) 5538-6792
Fac-símile: (11) 5538-8252
Correio eletrônico: ricardoc@santander.com.br

Banco ABN AMRO Real S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.374 – 16º andar
01310-916 – São Paulo - SP
At: Sr. Ciro Giannini
Telefone: (11) 3174 6830
Fac-símile: (11) 3174 6809
Correio eletrônico: ciro.giannini@br.abnamro.com

Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Emissão poderão ser obtidas na CVM ou na sede do Coordenador Líder ou dos demais Coordenadores, nos endereços constantes acima.

Público Alvo

O público alvo da Oferta são investidores pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e demais investidores institucionais ou qualificados.

Declaração de Inadequação do Investimento

A Oferta não é destinada aos investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures é restrito.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM n.º 400/03, foi celebrado, em 8 de setembro de 2004, o “Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, da 6ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP”, por meio do qual a Emissora contratou os Coordenadores para serem os responsáveis pela colocação das Debêntures junto ao público.

De acordo com o Contrato de Distribuição, a distribuição pública das Debêntures será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Colocação e Plano de Distribuição das Debêntures

A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do sistema SDT, não existindo lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que tenham apresentado as melhores propostas durante o Processo de *Bookbuilding*, devendo ser consideradas como melhores as propostas que apresentaram as menores taxas de remuneração para o investidor, sendo também desejável que a colocação seja realizada de modo a alcançar maior pulverização das Debêntures, para que haja maior liquidez no mercado secundário.

Observado o cronograma descrito abaixo, as Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição (“Plano de Distribuição”): a distribuição pública das Debêntures será feita em até 3 (três) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas que apresentaram menores taxas de remuneração, havendo ainda a busca pela maior pulverização das Debêntures para que haja maior liquidez no mercado secundário.

A garantia firme prestada pelos Coordenadores é válida até o dia 24 de setembro de 2004, de modo que, não obstante o prazo de 3 (três) dias úteis aqui previsto, o prazo de colocação encerrar-se-á impreterivelmente no dia 24 de setembro de 2004.

A colocação pública das Debêntures somente terá início (i) após a concessão do registro da Emissão pela CVM, (ii) mediante publicação do Anúncio de Início e (iii) mediante a disponibilização do prospecto do Programa e suplemento definitivo da distribuição pública das Debêntures (o “Prospecto Definitivo” e “Suplemento Definitivo”) na sede e página da rede mundial de computadores (a) da Emissora; (b) dos Coordenadores; (c) da CVM, para consulta e reprodução apenas; e (d) da BOVESPA e da CETIP.

Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das debêntures de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Suplemento e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

Cronograma de Etapas da Oferta

Os Coordenadores realizaram Procedimento de *Bookbuilding* para verificação junto aos potenciais investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, no qual foram definidos a Remuneração e o número de Debêntures a ser alocado em cada uma das séries da Emissão.

O início da divulgação da Oferta junto ao público foi objeto de Aviso ao Mercado publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 24 e 23 de agosto de 2004, respectivamente, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03, para dar início ao Procedimento de *Bookbuilding*.

Foi realizada apresentação da Emissora e divulgação do Prospecto e do Suplemento Preliminar para coleta de intenções de potenciais investidores nas Debêntures nos dias 24 e 25 de agosto de 2004, sendo que o Procedimento de *Bookbuilding* foi realizado pelos Coordenadores em 13 de setembro de 2004.

Os investidores puderam manifestar-se sobre a aceitação da oferta, junto aos Coordenadores, entre os dias 09 e 13 de setembro de 2004.

Serão emitidas 231.813 (duzentas e trinta e uma mil, oitocentas e treze) Debêntures da 1ª série, 188.267 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e sessenta e sete) Debêntures da 2ª série e 179.920 (cento e setenta e nove mil, novecentas e vinte) Debêntures da 3ª série. Após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* e a ratificação dos resultados apurados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2004, os documentos relativos à Oferta foram novamente apresentados à CVM para a obtenção do registro respectivo.

Uma vez obtido o registro da Oferta e publicado o Anúncio de Início, os investidores interessados poderão subscrever e integralizar Debêntures no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, sendo que no terceiro dia útil após referida data, a Oferta será encerrada e o respectivo anúncio de encerramento será posteriormente publicado nos jornais mencionados acima.

O pagamento deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional ou com notas promissórias da 2ª Emissão da SABESP, registradas sob o nº CVM/SRE/RNP/2004/003.

Nos casos de revogação ou modificação da Oferta, conforme descrito a seguir, os investidores terão direito à restituição do valor pago pelas Debêntures.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo Preço de Subscrição. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Revogação e Modificação da Oferta

É permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas. Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da Oferta.

A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo o valor dado em contrapartida às Debêntures ser restituído integralmente aos aceitantes, na forma estabelecida abaixo.

A alteração será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição.

Na hipótese de alteração, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser diretamente comunicados pela Emissora a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Na hipótese de o investidor não manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Oferta, os valores serão restituídos da maneira prevista abaixo.

Restituição de Recursos

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos entregues pelos investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do SDT e/ou Banco Mandatário, no prazo de 3 (três) dias, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de juros ou correção. Caso esse procedimento de restituição de valores seja utilizado, o investidor deverá fornecer um recibo de quitação à Emissora, bem como deverá efetuar a devolução do boletim de subscrição, caso tenha havido a subscrição de Debêntures.

Regime de Distribuição

Os Coordenadores assumiram a obrigação, nos termos do Contrato de Distribuição, de realizar a distribuição pública das Debêntures sob regime de garantia firme de subscrição, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores para esse fim, pelo Preço de Subscrição, dentro do Prazo de Distribuição, na seguinte proporção:

<i>Coordenador</i>	<i>Debêntures da 1ª Série</i>	<i>Debêntures da 2ª Série</i>	<i>Debêntures da 3ª Série</i>	<i>Garantia Firme Prestada (*)</i>
UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.	30.000	--	120.000	150.000.000,00
BB-Banco de Investimento S.A.	80.000	40.000	--	120.000.000,00
Banco Santander Brasil S.A.	60.000	90.000	--	150.000.000,00
Banco Bradesco S.A.	80.000	40.000	--	120.000.000,00
Banco ABN AMRO Real S.A.	30.000	30.000	--	60.000.000,00
Total	280.000	200.000	120.000	600.000.000,00

* em R\$ na Data de Emissão

Ficou ajustado que, caso, ao final do Prazo de Distribuição, as Debêntures não tivessem sido totalmente colocadas, os Coordenadores estariam obrigados a subscrever, até o limite da garantia firme prestada, a totalidade das Debêntures não colocadas junto ao público.

Comissões

Pela execução dos serviços previstos no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará aos Coordenadores, na Data de Liquidação definida na Cláusula Nona do mesmo contrato, a seguinte remuneração:

- (i) Comissão de Estruturação: no montante de 0,20% (vinte centésimos por cento) sobre o número total de Debêntures efetivamente emitidas pela Emissora multiplicado pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão;
- (ii) Comissão de Distribuição: no montante de 0,20% (vinte centésimos por cento) sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas multiplicado pelo Preço de Subscrição, a ser dividida entre os Coordenadores, conforme entre eles acordado; e
- (iii) Prêmio de Prestação de Garantia Firme: (i) no montante de 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) sobre o número total de Debêntures da 1ª Série objeto de garantia firme (independentemente do número de Debêntures efetivamente alocado para essa série), multiplicado pelo Preço de Subscrição das Debêntures da 1ª Série; (ii) no montante de 0,70% (setenta centésimos por cento) sobre o número total de Debêntures da 2ª Série objeto de garantia firme (independentemente do número de Debêntures efetivamente alocado para essa série), multiplicado pelo Preço de Subscrição das Debêntures da 2ª Série; e (iii) no montante de 0,90% (noventa centésimos por cento) sobre o número total de Debêntures da 3ª Série objeto de garantia firme (independente do número de Debêntures efetivamente alocado para essa série) multiplicado pelo Preço de Subscrição das Debêntures da 3ª série, a ser dividido, em todos os casos, entre os Coordenadores, conforme entre eles acordado

Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, relativa à oferta das Debêntures, sem prévia manifestação da CVM.

Relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder

O Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. realizou as seguintes operações com a Emissora, cujos contratos encontram-se descritos na Seção "Contratos Relevantes" do Prospecto do Programa: (i) emissão de *Notes* no valor de US\$ 275 milhões; (ii) empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 100 milhões; (iii) empréstimo com o BNDES no valor de R\$ 270 milhões, sendo R\$ 60 milhões do Unibanco; (iv) 3ª Emissão de Debêntures; e (v) 5ª Emissão de Debêntures.

Relacionamento da Emissora com os demais Coordenadores

A Emissora tem relacionamento com o BB Banco de Investimento S.A., por meio de seu controlador, o Banco do Brasil S.A., que presta serviços para a Emissora em transações comerciais usuais no mercado financeiro, tais como serviços de câmbio e serviços de convênio e arrecadação. Além da presente Emissão, o BB Banco de Investimento S.A. participou como instituição intermediária da distribuição pública de notas promissórias da 2ª emissão da Emissora, emitida em 16 de julho de 2004, no montante de R\$ 200 milhões.

Além da presente Emissão, o relacionamento direto do Banco Santander Brasil S.A. com a Emissora decorre da distribuição pública de notas promissórias da 2ª emissão da Emissora, emitida em 16 de julho de 2004, no montante de R\$ 200 milhões, bem como da distribuição pública de debêntures da 5ª emissão da Emissora, emitida em 1º de abril de 2002, no montante total de R\$ 400 milhões. Além de ter participado em operações de dívida da Emissora, o Banco Santander atuou em sua oferta global de ações, realizada em 10 de maio de 2002, no montante de R\$ 527,26 milhões. O Banco Santander presta, ainda, à SABESP serviços bancários em geral, tais como de conta-corrente e, principalmente, de arrecadação de contas de consumidores da Companhia.

O Banco ABN AMRO Real S.A. possui relacionamento comercial com a Emissora por meio de prestação de serviços bancários vinculados à cobrança e arrecadação de contas, além de participação nas emissões domésticas de captação de recursos via debêntures.

O Banco Bradesco S.A. mantém os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia: (i) Participação, como coordenador, da presente Emissão, (ii) Participação, como coordenador, da distribuição pública de notas promissórias da 2ª emissão da Companhia, emitida em 16 de julho de 2004, no montante de R\$ 200 milhões, (iii) Participação, como coordenador, de emissões de debêntures da Companhia, e (iv) Prestação de serviços bancários em geral, tais como a arrecadação de contas de consumo da Companhia.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos para a Emissora	Montante	% sobre o total da Oferta
Comissão de Estruturação	1.200.000,00	0,20%
Comissão de Distribuição	1.200.000,00	0,20%
Prêmio de Prestação de Garantia Firme	4.020.000,00	0,67%
 Despesas Gerais*	 392.420,00	 0,07%
Taxa para registro na CVM	248.610,00	0,04%
 Total dos custos	 7.061.030,00	 1,18%
 <i>Montante líquido para a Emissora</i>	 592.938.970,00	

* Inclui despesas gerais de estruturação, tais como despesas com agências de rating, impressão de prospectos e suplementos, taxa da ANBID, publicidade e apresentações a investidores.

Comissões calculadas com base no Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão

Preço por Debênture (R\$)	Custo por Debênture (R\$)	Montante líquido para a Emissora (R\$)
1.000,00	11,77	988,23

Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

Não há e nem será firmado contrato de estabilização de preços das Debêntures.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de obrigações financeiras da Emissora com vencimento durante o exercício de 2004, notadamente: a) resgate antecipado de Notas Promissórias da sua 2ª Emissão, no valor de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) que correspondem aos recursos captados até o momento, registrada sob o número CVM/SRE/RNP/2004/003 em 15.07.2004, e que apresentam remuneração de 105% da Taxa DI e prazo de vencimento de 180 dias; b) pagamento da 3ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, no valor atual em circulação aproximado de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), em cinco séries, registrada sob os números CVM/SRE/DEB/1999-030 a 035, com remuneração à Taxa DI acrescida de 2,85% ao ano e com vencimento em 24 de setembro de 2004; c) amortização das parcelas da 4ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, vincendas em setembro e dezembro de 2004, no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), registrada sob o número CVM/SRE/DEB/2001-022, com remuneração à Taxa DI acrescida de 1,20% ao ano, amortizações trimestrais e o último vencimento em 15 de dezembro de 2006; d) pagamento ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente da União, de parcelas mensais totalizando R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) até outubro de 2004, referentes à dívida atualizada pela UPR – Unidade Padrão de Referência (igual à TR – Taxa Referencial) acrescida de juros à taxa de 8,5% ao ano e vencimento final em 2014.

Tendo em vista que os recursos a serem captados serão utilizados exclusivamente para liquidação de compromissos financeiros anteriores e da mesma natureza, não estão previstos impactos na situação patrimonial e nos resultados da Emissora.

FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Suplemento e no Prospecto do Programa de Distribuição e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os fatores de risco relativos à Oferta deverão ser avaliados em conjunto com os fatores de risco descritos nas páginas 25 a 42 do Prospecto do Programa de Distribuição.

Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldade em realizar sua venda no mercado secundário.

Eventual Rebaixamento na Classificação de Risco da Emissão

A classificação de risco atribuída à presente emissão baseou-se na atual condição da Emissora e nas informações presentes neste Suplemento e no Prospecto do Programa de Distribuição. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

4. ANEXOS

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de junho de 2004

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizado em 26 de agosto de 2004

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizado em 13 de setembro de 2004

**Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, sem Garantia,
para Distribuição Pública da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP**

Súmulas das Análises por Agências de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada
em 17 de junho de 2004**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Conselho de Administração

SABESP

07 07 04

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

CNPJ nº 43.776.517/0001-80

NIRE nº 35300016831

EXTRATO DA ATA DA SEISCENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho de 2004, às 09:00 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter ordinário, na forma do disposto no Artigo 15 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 – 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Mauro Guilherme Jardim Arce, justificou a ausência do Conselheiro Andrea Sandro Calabi Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração passou ao item IV da pauta, “**Arquivamento do programa de distribuição de valores mobiliários da Companhia, realização de emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública e realização da 6ª emissão para distribuição pública de debêntures simples, sem garantia e não conversíveis em ações da Companhia**”, solicitando ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, e ao Superintendente de Captação de Recursos e Relações com Investidores, Sérgio Tuffy Sayeg, que apresentassem o assunto, o que foi feito com base na Comunicação Interna FI nº 035/04, de 15/06/2004, na manifestação jurídica CJE nº 224/04, de 14/06/2004, da Deliberação de Diretoria nº 0254/2004, de 15/06/2004 e na Proposta ao Conselho de Administração nº 014/2004, de 16/06/2004. Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou **aprovada** por unanimidade a proposta da Diretoria da Companhia de estruturação dos seguintes processos: (i) o processo a ser conduzido para arquivamento de Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia, como previsto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, permitindo à Companhia efetuar no futuro ofertas públicas de distribuição dos valores mobiliários previstos no Programa, sujeitando-se a prazos



sabesp

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Conselho de Administração

11.01.2014

07 07 04

reduzidos de análise pela CVM. Valor Limite do Programa: R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Valores Mobiliários: debêntures e notas promissórias. Prazo: 2 (dois) anos a contar do arquivamento na CVM. (ii) a realização de emissão para distribuição pública de notas promissórias, não integrantes do Programa a ser arquivado na CVM. Valor da Emissão: até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Série: única. Quantidade: 40 (quarenta). Valor nominal: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Remuneração: fixada com base na variação de 105% (cento e cinco por cento) da taxa diária média de depósitos interfinanceiros ("Taxa DI Over"), divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. Prazo: até 180 (cento e oitenta) dias. Garantia: não há. Local de Pagamento: CETIP ou na sede da Companhia. (iii) a realização da 6ª emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, sem garantia, no contexto do Programa de Distribuição a ser arquivado pela Companhia na CVM. Valor da emissão: até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Quantidade de séries: 3 (três) séries: 1ª Série: até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), com remuneração vinculada à variação da Taxa DI acrescida de juros; 2ª Série: até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) com remuneração vinculada à variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") acrescida de juros; 3ª Série: até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) com remuneração vinculada à variação do IGP-M acrescida de juros. Quantidade de debêntures por série: 600.000 (seiscentas mil) debêntures. Valor nominal unitário das debêntures: R\$ 1.000,00 (mil reais). Garantias: sem garantia. Conversibilidade: debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia. Prazos: 1ª Série - 3 anos; 2ª Série - 5 anos; 3ª Série - 6 anos. O valor definitivo de cada uma das séries deverá ser determinado pelo Conselho de Administração, mediante proposta da Diretoria, respeitado o limite global de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). **Autorizações:** O Conselho de Administração autoriza os membros da Diretoria da Companhia, observadas as disposições legais, a praticar todos e quaisquer atos relacionados ao arquivamento do programa de distribuição de valores mobiliários da Companhia, à emissão de notas promissórias e à emissão de debêntures, podendo aceitar propostas e contratar instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários como coordenadores no processo de arquivamento do programa, da emissão de notas promissórias e da emissão



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Conselho de Administração

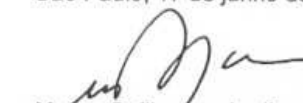
JUCESP

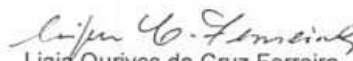
07 07 04

de debêntures; contratar o banco mandatário, agente escriturador e o agente fiduciário, conforme aplicável; contratar advogados, auditores independentes, agências de classificação de risco, instituições para prestação de serviços de custódia e demais contratações necessárias, além de aprovar anúncios e demais atos necessários.

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Fernando Carvalho Braga, Alexander Bialer, Daniel Sonder, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva e Maria Helena Guimarães de Castro.

São Paulo, 17 de junho de 2004.


Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do
Conselho de Administração

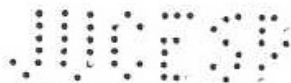

Ligia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizado
em 26 de agosto de 2004**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

CNPJ nº 43.776.517/0001-80
NIRE nº 35300016831

EXTRATO DA ATA DA SEISCENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2004, às 09:00 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter ordinário, na forma do disposto no Artigo 15 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 – 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, senhores abaixo nomeados e assinados. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração passou ao item II da pauta, “Ratificar e fixar as condições aplicáveis à 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, quirografárias, para distribuição pública (as “Debêntures”), no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia, atualmente sob análise da Comissão de Valores Mobiliários”, solicitando ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, que apresentasse o assunto, o que foi feito com base na Comunicação Interna FI nº 055/04, de 19/08/2004, na Deliberação de Diretoria nº 0329/2004, de 23/08/2004 e na Proposta ao Conselho de Administração nº 020/2004, de 24/08/2004. Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou **aprovada** por unanimidade a proposta da Diretoria da Companhia, do seguinte teor: (a) **Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); (b) **Número de Séries:** A emissão será realizada em três séries, devendo a alocação entre as diferentes séries ser definida, mediante expressa concordância da Emissora, após o resultado de processo de *bookbuilding*, por meio do qual as instituições intermediárias contratadas para a distribuição das Debêntures verificarão junto aos investidores os níveis de demanda para cada série; (c) **Data de Emissão:** A data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2004 (a “Data de Emissão”); (d) **Quantidade de Títulos:** Serão emitidas até 600.000 (seiscentas mil) Debêntures; (e) **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”); (f) **Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; (g)

JUCESP

Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais; **(h) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária; **(i) Prazo e Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento fixado em 1º de setembro de 2007; as Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento fixado em 1º de setembro de 2009; e as Debêntures da 3ª série terão prazo de vencimento fixado em 1º de setembro de 2010; **(j) Remuneração:** **(i)** As Debêntures da 1ª série farão jus a remuneração a ser definida em processo de *bookbuilding*, partindo inicialmente da taxa média diária de depósitos interfinanceiros de um dia divulgada pela CETIP, denominada DI *over* extra grupo, base 252 dias expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida de *spread* de até 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; **(ii)** As Debêntures da 2ª série e da 3ª série farão jus a uma remuneração que inclui juros remuneratórios e atualização monetária, sendo que os juros remuneratórios serão apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de até 11% (onze por cento) ao ano, calculada por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, além de atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; **(k) Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios:** **(i)** Os valores relativos à remuneração das Debêntures da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano; **(ii)** Os valores relativos à remuneração da 2ª Série e à remuneração da 3ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: **(1.)** Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série, que deverá ocorrer na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série e na data de vencimento das Debêntures da 3ª Série, ou seja, 1º de setembro de 2009 e 1º de setembro de 2010, respectivamente, e **(2.)** Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º do mês de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2005 e o último em 1º de setembro de 2009 para as Debêntures da 2ª série e em 1º de setembro de 2010 para as Debêntures da 3ª série; **(l) Amortização:** não haverá amortização, sendo que o pagamento integral do principal será feito na data de vencimento; **(m) Juros Moratórios e Multa:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; **(n) Vencimento Antecipado:** Serão consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, podendo na sua ocorrência ser exigido o Valor Nominal Unitário de cada Debênture acrescido da remuneração e encargos, as seguintes: **(i)** pedido de concordata

ÍNDICE

preventiva ou de auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora; (iii) liquidação ou decretação de falência da Emissora; (iii) extinção ou dissolução da Emissora; (iv) não pagamento da remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (v) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora; (vi) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora; (vii) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto na hipótese da Emissora demonstrar, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (1.) o patrimônio líquido da Emissora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (2.) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; e (3.) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos no item (o) a seguir, sob o título "Índices Financeiros" e (4.) a receita operacional líquida da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE), conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); (viii) protestos legítimos e reiterados de

ÍNDICES

títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência; (ix) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária relativa às Debêntures, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo agente fiduciário contratado para a operação; exceto no que se refere à obrigação prevista no item (o) a seguir, sob o título "Índices Financeiros", cuja falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 2 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado; (x) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (xi) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora; e (xii) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures; (o) **Índices Financeiros:** A Emissora deverá observar e manter os seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2004, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: (i) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (ii) LAJIDA (EBITDA) / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o



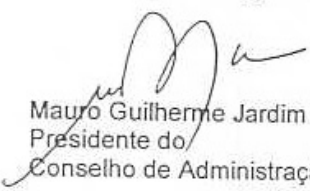
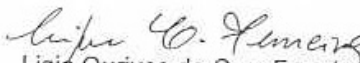

LAJIDA (EBITDA), em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (1.) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (2.) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (3.) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (4.) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamento de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas); (p) **Condições de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures é o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou por meio da entrega à Emissora de notas promissórias emitidas pela Emissora de acordo com sua 2ª Emissão de Notas Promissórias para distribuição pública, autorizada na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 17 de junho de 2004; (q) **Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ANDIMA (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário no (1.) Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e/ou (2.) Sistema de Negociação BÓVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), que tem sua custódia e liquidação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC. As Debêntures da 3ª Série somente serão colocadas após a 2ª Série e as da 2ª Série somente serão colocadas após a colocação da 1ª Série, ou após o cancelamento do saldo não colocado de cada uma das séries anteriores; (r) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e/ou CBLC, conforme o caso. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao banco mandatário contratado para a operação; (s) **Delegação de Poderes aos Diretores:** Ficam ratificados os poderes da Diretoria para contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, os serviços de agente

JUCESP

fiduciário, banco mandatário e escriturador, agências de classificação de risco, entre outros, bem como para celebrar a escritura de emissão das Debêntures, assinar todos os documentos, e, ainda, praticar todos os atos necessários para este fim, podendo inclusive fixar a remuneração definitiva das Debêntures e a alocação das Debêntures entre as diferentes séries, após a apuração dos resultados do processo de *bookbuilding* a ser conduzido pelos Bancos Coordenadores, dentro dos limites e parâmetros aqui estabelecidos.

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Fernando Carvalho Braga, Alexander Bialer, Andrea Sandro Calabi, Daniel Sonder, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva e Maria Helena Guimarães de Castro.

São Paulo, 26 de agosto de 2004.


Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do
Conselho de Administração
Ligia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 398.462/04-5

RODRIGO BLANCARDI BARBOSA
SECRETÁRIO GERAL

398.462/04-5



JUCESP

**Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizado
em 13 de setembro de 2004**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

CNPJ nº 43.776.517/0001-80

NIRE nº 35300016831

ATA DA SEISCENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

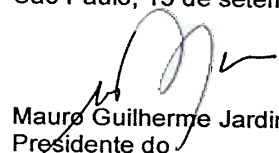
Aos 13 (treze) dias do mês de setembro de 2004, às 15:30 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter extraordinário, na forma do disposto no Artigo 15 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 – 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Mauro Guilherme Jardim Arce, colocou em apreciação o único item da pauta, **“Deliberar sobre as seguintes condições aplicáveis à 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (“Debêntures”): (a) a taxa de juros incidente sobre as Debêntures da 1ª série; (b) a taxa de juros incidente sobre as Debêntures da 2ª série; (c) a taxa de juros incidente sobre as Debêntures da 3ª série; (d) o número de Debêntures a ser alocado em cada uma das 3 (três) séries e (e) obrigações assumidas pela Companhia no contexto da 6ª Emissão”**, solicitando ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, a apresentação da matéria, o que foi feito com base na Deliberação de Diretoria nº 0353/2004 e na Proposta ao Conselho de Administração nº 022/2004, de 13/09/2004. Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou **aprovada** por unanimidade a ratificação e a fixação das seguintes condições aplicáveis à 6ª emissão de Debêntures: **(a)** as Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP (a “Taxa DI”), capitalizadas de *spread* ou sobretaxa de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, observadas as regras de cálculo definidas na Escritura das Debêntures da 6ª Emissão; **(b)** as Debêntures da 2ª série terão o seu valor nominal unitário atualizado, de acordo com a variação do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), fazendo jus ao

pagamento de juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa fixa de 11,00% (onze por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, observadas as regras de cálculo definidas na Escritura das Debêntures da 6ª Emissão; (c) as Debêntures da 3ª série terão o seu valor nominal unitário atualizado, de acordo com a variação do IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa fixa de 11,00% (onze por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, observadas as regras de cálculo definidas na Escritura das Debêntures da 6ª Emissão; (d) estabelecer que as debêntures da 6ª Emissão da Companhia serão assim distribuídas: (i) a 1ª série será composta por 231.813 (duzentos e trinta e um mil oitocentos e treze) Debêntures, no valor nominal de R\$ 231.813.000,00 (duzentos e trinta e um milhões oitocentos e treze mil reais), (ii) a 2ª série será composta por 188.267 (cento e oitenta e oito mil duzentos e sessenta e sete) Debêntures, no valor nominal de R\$ 188.267.000,00 (cento e oitenta e oito milhões duzentos e sessenta e sete mil reais), e (iii) a 3ª série será composta por 179.920 (cento e setenta e nove mil novecentos e vinte) Debêntures, no valor nominal de R\$ 179.920.000,00 (cento e setenta e nove milhões novecentos e vinte mil reais). A remuneração e alocação entre as séries foram fixadas com base no resultado obtido em processo de *bookbuilding* realizado pelas instituições contratadas para a 6ª emissão, concluído nesta data, e (e) Os Conselheiros resolvem ratificar a obrigação da Companhia de manter os mesmos índices financeiros já aprovados por este Conselho de Administração e constantes do item "(o)", da ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2004, ratificando que o descumprimento daquela obrigação é causa de vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures. Resolvem também, os Conselheiros, ratificar e aprovar, no contexto da 6ª emissão de Debêntures, a obrigação segundo a qual, enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Companhia não efetuará alteração substancial na natureza de seus negócios conforme conduzidos nesta data, aceitando que a mesma obrigação também seja inscrita no modelo de escritura de emissão submetido à Comissão de Valores Mobiliários para arquivamento do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia.

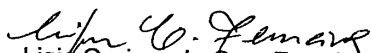


Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Fernando Carvalho Braga, Alexander Bialer, Andrea Sandro Calabi, Daniel Sonder, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva e Maria Helena Guimarães de Castro.


São Paulo, 13 de setembro de 2004.



Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do
Conselho de Administração



Ligia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária



3

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, sem Garantia, para Distribuição Pública da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Pelo presente instrumento, de um lado

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade de economia mista com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

e, de outro lado.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas (os “Debenturistas”) adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente primeiro aditamento (“Aditamento”) à “Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples (“Emissão”), Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (a “Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA – DAS RETIFICAÇÕES

1.1. Pelo presente Aditamento, são realizadas as seguintes alterações na Escritura de Emissão: (i) alteração nos itens 1.1. da Cláusula I e 2.2.1 da Cláusula II, para inclusão de referência às Reuniões de Conselho de Administração nas quais foram



deliberadas características da Emissão; (ii) alteração no item 2.3. da Cláusula II para indicar a inscrição na Junta Comercial da Escritura de Emissão; (iii) alterações nos itens 3.3.1., 3.3.2. e 3.3.3., todos da Cláusula III, e nos itens 4.1.6., 4.2.1. e 4.2.2.2. da Cláusula IV, para inclusão do número de Debêntures alocadas em cada uma das três séries e o percentual de remuneração para cada uma das séries; (iv) alteração nos itens 3.2., 3.5. e 3.7. da Cláusula III, para exclusão de previsão de opção de lote suplementar e atualização de valores para 30 de junho de 2004; (v) inclusão de observação no item 4.2.2.1., para esclarecer forma de cálculo do valor das Debêntures; (vi) exclusão do item 8.1.(xx) e inclusão de item 7.1. (m), para eliminar obrigação da Emissora de manutenção de índices financeiros, cuja não observância passa a ser hipótese de vencimento antecipado; (vii) menores alterações de forma julgadas convenientes pelas partes.

CLÁUSULA II – DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1. O presente Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, onde está registrada a Escritura de Emissão.

CLÁUSULA III – DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

CLÁUSULA IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores a qualquer título.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA V – DA CONSOLIDAÇÃO



5.1. Em consequência das disposições do presente primeiro Aditamento, a Escritura de Emissão, tendo sido incorporadas as retificações constantes do presente instrumento, passa a vigorar em seu inteiro teor com a seguinte redação:

ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 17 de junho de 2004, 26 de agosto de 2004 e 13 de setembro de 2004 (as “RCAs”). A ata da RCA realizada em 17 de junho de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 07 de julho de 2004, sob número 339.613/04-0 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 13 de julho de 2004. A ata de RCA realizada em 26 de agosto de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 31 de agosto de 2004, sob número 398462/04-5 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 28 de agosto de 2004. A ata de RCA realizada em 13 de setembro de 2004 será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 15 de setembro de 2004.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente a “Emissão” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução



CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM nº 400/03” e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. A Emissão será realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), submetido a arquivamento na CVM nos termos da Instrução da CVM nº 400/03 (o “Programa”).

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de RCA

2.2.1. A ata da RCA realizada em 17 de junho de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 07 de julho de 2004, sob número 339.613/04-0 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 13 de julho de 2004. A ata de RCA realizada em 26 de agosto de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 31 de agosto de 2004, sob número 398462/04-5 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 28 de agosto de 2004. A ata de RCA realizada em 13 de setembro de 2004 será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 15 de setembro de 2004.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura se encontra inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, sob número ED 000095-4/000, de 31 de agosto de 2004. O primeiro Aditamento será inscrito na mesma Junta Comercial.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, promulgado por esta entidade em Assembléia Geral realizada em 16 de janeiro de 2002 (o “Código ANBID”).

2.5. Registro para Colocação e Negociação



As Debêntures serão colocadas no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro (“ANDIMA”), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), e registradas para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e no Sistema de Negociação BOVESPA FIX (“BOVESPA FIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 6ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

3.3. Número de Séries e Remuneração

3.3.1. A Emissão será realizada em três séries, sendo 231.813 (duzentas e trinta e uma mil, oitocentas e treze) Debêntures da 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”); 188.267 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e sessenta e sete) Debêntures da 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série”) e 179.920 (cento e setenta e nove mil, novecentas e vinte) Debêntures da 3ª Série (“Debêntures da 3ª Série”).

3.3.2. A remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos no item 4.2. abaixo, bem como o número de Debêntures por série, foram definidos em procedimento de *bookbuilding*, conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros.

3.3.3. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificou a remuneração e o número de Debêntures de cada uma das séries da Emissão, em reunião realizada no dia 13 de setembro de 2004, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 15 de setembro de 2004.

Colocação



3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

Opção de Lote Suplementar

Não haverá a opção pela Emissora de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas através de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03.

3.6. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação (a) no BOVESPA FIX, no qual os negócios são liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC e (b) no SND, administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP.

Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, em 30 de junho de 2004 era de R\$ 3.403.688.565,23 (três bilhões, quatrocentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a debêntures de outras emissões da Emissora em circulação em 30 de junho de 2004, era de aproximadamente R\$ 1.655.116.000,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e cinco milhões e cento e dezesseis mil reais).

3.8. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

3.9. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de obrigações financeiras da Emissora com vencimento durante o exercício de 2004, notadamente: a) resgate antecipado de Notas Promissórias da sua 2ª Emissão, no valor de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) que correspondem aos recursos captados até o momento, registrada sob o número CVM/SRE/RNP/2004/003 em 15.07.2004, e que



6

apresentam remuneração de 105% da Taxa DI e prazo de vencimento de 180 dias; b) pagamento da 3ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, no valor atual em circulação aproximado de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), em cinco séries, registrada sob os números CVM/SRE/DEB/1999-030 a 035, com remuneração à Taxa DI acrescida de 2,85% ao ano e com vencimento em 24 de setembro de 2004; c) amortização das parcelas da 4ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, vencidas em setembro e dezembro de 2004, no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), registrada sob o número CVM/SRE/DEB/2001-022, com remuneração à Taxa DI acrescida de 1,20% ao ano, amortizações trimestrais e o último vencimento em 15 de dezembro de 2006; d) pagamento ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente da União, de parcelas mensais totalizando R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) até outubro de 2004, referentes à dívida atualizada pela UPR – Unidade Padrão de Referência (igual à TR – Taxa Referencial) acrescida de juros à taxa de 8,5% ao ano e vencimento final em 2014.

3.10. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora compreende o planejamento, execução e operação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

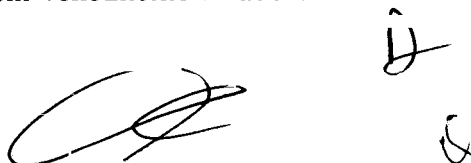
4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 01 de setembro de 2004 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia (quirografárias), sem preferência.

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2007. As Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2009 e as Debêntures da 3ª série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de



2010. Após os respectivos prazos de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.1.5.), acrescido da remuneração de que trata o item 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”), na Data de Emissão.

4.1.6. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures, sendo 231.813 (duzentas e trinta e uma mil, oitocentas e treze) Debêntures da 1ª Série, 188.267 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e sessenta e sete) Debêntures da 2ª Série e 179.920 (cento e setenta e nove mil, novecentas e vinte) Debêntures da 3ª Série.

4.2. Remuneração

4.2.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (a “Remuneração da 1ª Série”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP (a “Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) fixada em percentual ao ano, base 252 dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.3.1, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.3.1.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

D



Q

- J valor da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe valor nominal das Debêntures da 1ª Série, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

- FatorDI produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

- nDI número total de Taxas DI, sendo “nDI” um número inteiro;
- TDIk Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI = \left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{360}} - 1$$

onde

- k 1, 2, ..., n;
- DIk Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- dk número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “dk” um número inteiro;




FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
n É o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DT É o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;
DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série.

Ausência de Divulgação: No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração da 1ª Série a ser proposto pela Emissora.



Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente e o Acréscimo sobre a Taxa DI definido no item 4.2.1.

4.2.2. *Remuneração das Debêntures da 2ª Série e Remuneração das Debêntures da 3ª Série.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série da presente Emissão farão jus a remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário e juros remuneratórios (a “Remuneração da 2ª Série”, “Remuneração da 3ª Série” e, quando designadas em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, simplesmente a “Remuneração”), na forma descrita a seguir:

4.2.2.1. Atualização

As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do número índice do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VN_a = VN_e \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right] \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right] \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right] \right\}$$

onde:

- VNa** é o Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe** é o Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- IGP-M0** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;
- IGP-M1** é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;
- IGP-M2** é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;





IGP-Mn é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;
IGP-Mn-1 é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";
dup é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização;
dut é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base.

Para os efeitos das definições acima, considera-se "datas de aniversário" as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e "data base" como a data de aniversário de cada mês.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Na data em que ocorrer a subscrição das Debêntures, e somente para fins de apuração do preço de subscrição definido em 4.10., caso não haja divulgação do IGP-M referente ao mês em que a subscrição das Debêntures estiver sendo realizada, deverá ser utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, a última projeção de IGP-M da ANDIMA, conforme prévia divulgada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, disponível no endereço da rede mundial de computadores "www.andima.com.br", ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

A aplicação do IGP-M será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série.

Ausência de Divulgação: No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e



12



prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 4.2.2.2. abaixo.

Observações:

Os fatores resultantes das expressões $\left[\frac{IGP - M_n}{IGP - M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento. O produtório final, fator acumulado das variações mensais do IGP-M, é calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa fixa ao ano de 11,00% (onze por cento), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.3.1., calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.





13



O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J	valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

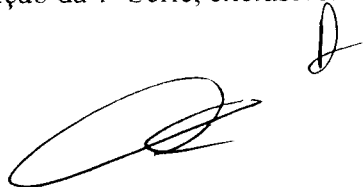
$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa	taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
n	é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DT	é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;
DP	é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

4.2.3.1. Para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração da 1ª Série, exclusive.



4.2.3.2. Para as Debêntures da 2ª Série e para as Debêntures da 3ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da respectiva Remuneração, exclusive.

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3. Amortização

Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será pago integralmente nas respectivas datas de vencimento das Debêntures.

4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. *Pagamento da Remuneração da 1ª Série.* Os valores relativos à Remuneração da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano.

4.4.2. *Pagamento da Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série.* Os valores relativos à Remuneração da 2ª Série e à Remuneração da 3ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: (i) Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série, que deverá ocorrer na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série e na data de vencimento das Debêntures da 3ª Série, ou seja, 1º de setembro de 2009 e 1º de setembro de 2010, respectivamente; e (ii) Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º do mês de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2005 e o último em 1º de setembro de 2009 para as Debêntures da 2ª série e em 1º de setembro de 2010 para as Debêntures da 3ª série.

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

4.6. Prorrogação dos Prazos



Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios




Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures desta Emissão poderão, observado o § 3.º do Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição. A integralização será realizada (i) em moeda corrente nacional; e/ou (ii) por meio da entrega à Emissora de notas promissórias emitidas pela Emissora de acordo com sua 2ª Emissão de Notas Promissórias para Distribuição Pública, autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora ocorrida em 17 de junho de 2004 e registrada na CVM em 15/07/2004 sob nºCVM/SRE/RNP/2004/003 (as “Notas Promissórias”). Para fins de integralização de Debêntures mediante a entrega de Notas Promissórias, será considerado o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração (conforme definido no Anúncio de Início de Distribuição Pública das Notas Promissórias) até a data da efetiva integralização das Debêntures (“Valores das NPs”), de modo que

16

para a integralização de Debêntures nos termos deste item (ii) será necessária a entrega de Notas Promissórias cujos respectivos Valores das NPs se aproximem ao máximo possível do Preço de Subscrição das Debêntures (calculado conforme o item 4.10), sendo que eventuais diferenças deverão ser complementadas em dinheiro.

4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

4.13. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias



17



úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

CLÁUSULA V - ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da 1ª Série, da 2ª Série e/ou da 3ª Série desta Emissão em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 6.1 poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.

6.2. Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

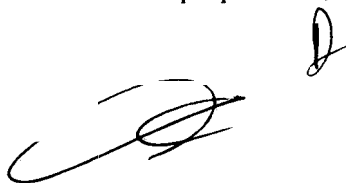
CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão e, sujeito ao disposto nos itens 7.2.e 7.3 abaixo, da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de concordata preventiva ou de auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) extinção ou dissolução da Emissora;
- (d) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;



- (e) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (f) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;
- (g) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (“Reorganização”) que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos no item 7.1.(m) abaixo e (iv) a receita operacional líquida da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE), conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) deste item são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas aqui prevista;



- (h) protestos legítimos e reiterados de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência;
- (i) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (j) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (k) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;

pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

- (m) não observância ou manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2004, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: **(1) Liquidez Corrente Ajustada** superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; **(2) EBITDA / Despesas Financeiras** igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no



período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamento de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora das obrigações deste item somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 2 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28.

7.3. Quando da ocorrência dos eventos indicados nos subitens (e) a (m) do item 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 10.1. abaixo.

7.3.1. A Assembléia de Debenturistas de que trata este item 7.3. poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

7.3.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 7.3. por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 7.1 acima.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:



21



(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre;
- (c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;
- (d) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII - Vencimento Antecipado acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;

(ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(iv) convocar, nos termos do item 10.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

(v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;

(vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

(vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993;



(viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

(ix) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

(x) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;

(xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;

(xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.9 acima;

(xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

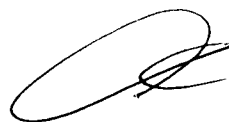
(xiv) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;

(xvii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;

(xviii) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.9 acima; e



(xix) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/1983;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e

l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.7 da presente Escritura..

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo.



9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.12., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- l.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos no item 7.1 (m) e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens 7.1 (f), (g) e (k);
- l.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- l.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na BOVESPA e na CETIP; e
 - m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.
- n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.12., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m”;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CBLC e à CETIP;
- p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações



assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM; e

r.2) à BOVESPA, CBLC e à CETIP; e

s) acompanhar trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos no item 7.1. (m) e a ocorrência dos eventos previstos nos itens 7.1 (f), (g) e (k) e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

c) requerer a falência da Emissora; e

d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto no item 7.2., o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 9.5.1., convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 9.5.1..

9.6. Remuneração

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe



competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) Parcelas trimestrais de R\$ 5.833,33 (cinco mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) a serem pagas durante o prazo de 72 (setenta e dois) meses, contado a partir da Data de Emissão. Os pagamentos serão devidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação dos serviços, contados a partir da data de assinatura da presente Escritura;

b) A remuneração prevista no item “a” acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título;

c) As parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela FIPE ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente a partir de 01 de setembro de 2004;

d) A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, após sua prévia aprovação; e

e) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



f) A remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

9.6.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.7. Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta



Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contado da segunda convocação.

10.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

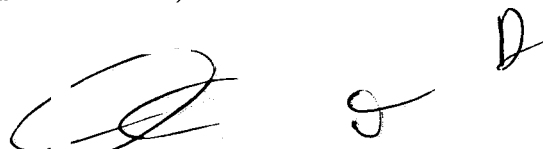
10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Serão excluídas do quorum de deliberação as Debêntures em tesouraria da Emissora e de titularidade de diretores, conselheiros ou administradores da Emissora, incluindo as respectivas sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum e seus parentes até o segundo grau.

10.4.2. Observado o disposto nesta Escritura, as deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, pelo menos, a maioria do total das Debêntures então em circulação presentes à respectiva Assembléia, salvo nos casos em que for



estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

10.4.3. As alterações da Remuneração, do prazo de vencimento das Debêntures e/ou dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula VII desta Escritura, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

10.4.4. As alterações dos quoruns qualificados estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições desta Cláusula 10.4, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

10.5. Matérias de Interesse Específico

O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar separadamente uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

As matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.



CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) os prospectos preliminar e definitivo do Programa (em conjunto doravante denominados “Prospecto”), bem como os suplementos preliminar e definitivo de distribuição das Debêntures (em conjunto doravante denominados “Suplemento”) conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e/ou no Suplemento cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (i) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



(j) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito no Prospecto;

(k) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(l) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades

(m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

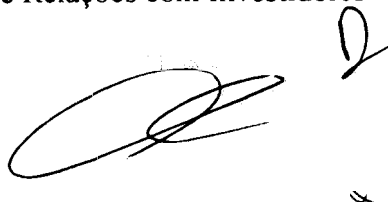
Rua Costa Carvalho, nº 300 –

05429-900 - São Paulo, SP

At.: Sr. Rui de Britto Álvares Affonso

Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Telefone: (11) 3388-8247



Fac-símile: (11) 3815-4465

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205
Condomínio Downtown
22640-100– Barra da Tijuca – Rio de Janeiro
At.: Sr. Juarez Dias Costa - Diretor
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus - Vila Iara - Prédio Amarelo - 2º andar
06029-900 - Osasco – São Paulo
At.: Sr. Rogério Penteado Felgueiras - Gerente Departamental
Telefone: (11) 3684-2309
Fac-símile: (11) 3684-5645

Para a CETIP

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563

Para a CBLC

Rua XV de Novembro, 275
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas



em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil

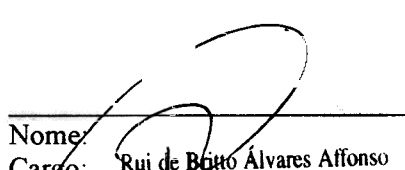


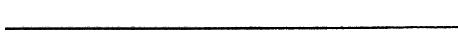
12.4 Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

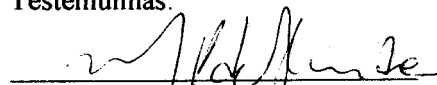
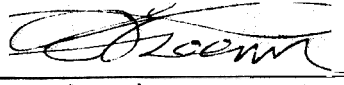
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de setembro de 2004

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

 Nome: Rui de Bittou Álvares Affonso Cargo: Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	 Nome: Reinaldo J.R. de Campos Cargo: Diretor de Gestão Corporativa
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	
 Nome: Marcia Vainia de Almeida Cargo: Diretora	 Nome: Euclides Denis Gonçalves da Silva Cargo:

Testemunhas:

 Nome: MARCIA VAINIA DE ALMEIDA CPF: 142.573.478/99	 Nome: EUCLIDES DENIS GONÇALVES DA SILVA CPF: 065.746.998-00
--	--

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmulas das Análises por Agências de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 19 de agosto de 2004

Brasil—Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's atribui rating 'brA' às debêntures emitidas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp

Analistas: Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-5501-8948; Milena Zaniboni, São Paulo (55) 11-5501-8945

Melbourne, 19 de agosto de 2004 (Standard & Poor's) – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje em sua Escala Nacional Brasil o rating 'brA' à 6ª emissão de debêntures quirografárias, no montante de R\$ 600 milhões e vencimento final em 2010, realizada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. Ao mesmo tempo, a Standard & Poor's reafirmou os ratings de crédito corporativo na escala global em moeda local 'BB-' e em moeda estrangeira 'B+', bem como o rating na Escala Nacional Brasil 'brA' atribuídos ao emissor. A perspectiva do rating corporativo em moeda estrangeira é positiva e a perspectiva tanto do rating na escala global em moeda local quanto a do rating na Escala Nacional Brasil é estável.

Essa emissão de debêntures será utilizada totalmente para amortização de dívidas que vencem em 2004, principalmente o elevado volume concentrado em setembro deste ano. Essas debêntures serão emitidas mediante um programa de registro de emissão antecipada (*shelf-registration*) no montante total de R\$ 1,5 bilhão e prazo de dois anos, o qual se estima seja utilizado para rolar dívidas de longo prazo da empresa.

Os ratings em moeda local e na Escala Nacional Brasil da SABESP refletem a ausência de uma estrutura regulatória para o setor de saneamento básico, as significativas necessidades de refinanciamento da empresa para os próximos anos, incluindo o elevado montante de dívida denominada em moeda estrangeira sem *hedge*, principalmente considerando-se a volatilidade intrínseca da economia brasileira, além de refletir também o grande volume de contas em atraso de clientes, principalmente aquelas relativas às vendas de água por atacado aos municípios e aos órgãos públicos. Esses riscos são parcialmente compensados pela importância estratégica da SABESP como fornecedora regional dos serviços de água e esgoto para o Estado de São Paulo com uma ampla cobertura territorial por meio de seu monopólio virtual de serviços; pela capacidade da empresa em avançar com seu programa de investimentos que lhe permite uma ampla cobertura dos serviços de água, bem como pela expansão de sua capacidade de coleta e tratamento de esgotos por todo o sistema. Além disso, a empresa é uma forte geradora de caixa e vem demonstrando capacidade de captar recursos por meio dos mercados de capitais e dos bancos de fomento para lidar com seus vencimentos de dívidas e suas grandes exigências de investimento.

A SABESP vem sofrendo queda em seu fornecimento de água provocada por períodos ocasionais de estiagem. Recentemente, o Brasil passou por um longo e severo período de estiagem, cujo início foi em 1999 e só finalizou em 2001. Por consequência, houve redução no volume de água fornecido pela empresa e seus custos aumentaram como resultado da necessidade de investimento adicional para mitigar os efeitos dos períodos de estiagem nos sistemas de produção de água. Ao longo de 2003, os índices pluviométricos ficaram novamente abaixo da média o que resultou em uma baixa reposição nos reservatórios, principalmente no Sistema Cantareira, o maior da região metropolitana de São Paulo (RMSP). A fim de minimizar os efeitos dessa seca, a SABESP criou o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de

Água, o qual estabelece que os clientes que atingissem a meta de redução de consumo ganhariam um bônus de 20% na sua conta. O início desse programa foi a partir de 15 de março de 2004 e sua duração é de seis meses e abrange a maioria dos consumidores da região metropolitana de São Paulo. Ainda é difícil mensurar o real impacto desse programa, mas a Standard & Poor's acredita que a demanda pelos serviços de água e esgoto em 2004 cairá em torno de 6% na RMSP, e por isso as receitas líquidas da empresa serão negativamente afetadas em cerca de R\$ 150 milhões, sem considerar os bônus. Até certo ponto, espera-se que esse volume de perdas seja compensado no reajuste de tarifas que haverá no final de agosto deste ano.

No primeiro semestre de 2004, as receitas líquidas da empresa cresceram 8,2% e o EBITDA 3,4%, em relação ao mesmo período de 2003, respondendo por cerca de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 966 milhões, respectivamente. Essa melhora é resultado apenas do aumento de 18,9% nas tarifas em agosto de 2003, já que a demanda por volume caiu em função do programa criado para a redução de consumo. Em suas projeções para o final do exercício de 2004, a Standard & Poor's espera que a SABESP apresente receitas no valor de R\$ 4,2 bilhões e EBITDA de R\$ 2,2 bilhões, o que significa uma melhora de cerca de 4% e 5%, respectivamente, em relação a 2003, também como reflexo somente do reajuste de tarifas.

A SABESP é a maior empresa de serviços de água e esgoto das Américas em termos de receitas e de número de clientes. A empresa é responsável pela produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto em 368 dos 645 municípios do Estado de São Paulo – o Estado mais importante em termos populacionais e econômicos do País – e inclui também a cidade de São Paulo, que é seu principal mercado e responde por 60% de suas receitas.

A empresa foi criada em 1973 como resultado da fusão de diversas empresas e autarquias controladas pelo Estado de São Paulo, que eram responsáveis pelo abastecimento de água e pela coleta e tratamento de esgotos no Estado. O governo estadual controla 71,5% das ações ordinárias com direito a voto da SABESP, os 28,5% restantes são negociados em bolsas de valores. O governo estadual anunciou seu plano de vender 21,5% de suas ações, porcentagem excedente ao seu controle acionário da empresa, pois de acordo com a legislação, o governo do Estado deve controlar 50% mais uma das ações totais com direito a voto da empresa. A Standard & Poor's não espera nenhuma mudança no perfil financeiro da empresa nem no seu sistema operacional, já que o controle da empresa continuará com o Estado.

Liquidez

A SABESP apresenta liquidez apropriada para sua categoria de rating. Embora a empresa possua vencimentos significativos nos próximos doze meses, em torno de R\$ 1,1 bilhão, ela conta com liquidez suficiente para honrar integralmente seus pagamentos, tanto por meio de seu contínuo acesso aos mercados de capitais quanto por seu fluxo de caixa operacional livre de aproximadamente R\$ 500 milhões. O endividamento de curto prazo da empresa inclui o vencimento de R\$ 627 milhões de debêntures, os R\$ 130 milhões relativos aos empréstimos-ponte e o restante refere-se aos empréstimos de capital de giro e os financiamentos para investimentos. Para honrar suas obrigações financeiras de curto prazo, a empresa emitirá também R\$ 600 milhões de debêntures, com os seguintes vencimentos: 1ª série em setembro de 2007; 2ª série em setembro de 2009 e 3ª série em setembro de 2010. Uma outra fonte de liquidez da empresa é seu fluxo de caixa operacional livre, o qual se espera que atinja aproximadamente R\$ 500 milhões em 2004.

A dívida total da SABESP atingiu R\$ 7,3 bilhões em junho de 2004, sendo que

84,7% era de longo prazo e 43% era denominada em moeda estrangeira, de certa forma deixando a empresa exposta às flutuações cambiais, já que ela não faz *hedging* de sua dívida denominada em moeda estrangeira. Para 2005, os vencimentos da SABESP somam R\$ 1,4 bilhão, incluindo os eurobônus no montante de US\$275 milhões e as debêntures no valor de R\$ 244 milhões. Espera-se que essas dívidas sejam honradas com os recursos remanescentes do programa de cerca de R\$ 900 milhões, com a geração de caixa operacional livre da empresa que está projetada em cerca de R\$ 500 milhões e com seu acesso aos mercados de capitais.

A geração interna de caixa (FFO - *Funds From Operations*) está projetada se manter no mesmo patamar apresentado em 2003, cerca de R\$ 1,1 bilhão e deverá ser utilizada totalmente para a amortização de endividamento, para a distribuição de dividendos e para dar suporte aos amplos investimentos da empresa. Em 2004, estima-se que o índice de cobertura de juros pelo FFO e o FFO sobre endividamento total atinja 1,34x (vezes) e 15,6%, respectivamente.

O programa de investimento para o período 2004-2008 está orçado em torno de R\$ 4,2 bilhões, principalmente para melhorar e expandir o sistema de água e esgoto da SABESP. Para 2004, espera-se que os investimentos cheguem a quase R\$ 600 milhões, principalmente para cobrir o agressivo plano da empresa para a expansão de sua capacidade de reservas, para o desenvolvimento de novos reservatórios na região metropolitana de São Paulo e para melhorar seus projetos de tratamento de esgoto. Muitos desses projetos exigem investimentos de longo prazo e os financiamentos já estão contratados com diversos bancos multilaterais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Japan Bank for International Cooperation.

Perspectiva

A perspectiva positiva do rating na escala global em moeda estrangeira reflete aquela atribuída ao rating soberano em moeda estrangeira da República Federativa do Brasil e a perspectiva estável dos ratings na escala global em moeda local e na Escala Nacional Brasil reflete a expectativa da Standard & Poor's de que a SABESP continuará contando com a aprovação por parte do governo estadual para reajustar suas tarifas de forma a manter sua capacidade para gerar fluxo de caixa livre, continuará mantendo bom acesso aos mercados de capitais e financiando muito de seus investimentos por meio dos programas com bancos multilaterais. Uma mudança na perspectiva poderia vir de uma queda mais robusta na alavancagem (endividamento total pelo EBITDA para 38% e cobertura de juros pelo EBITDA para 2,5x), o que atualmente não se prevê. Por outro lado, os ratings em moeda local e na Escala Nacional Brasil enfrentarão pressões de rebaixamento se o impacto sobre o fluxo de caixa com relação ao Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água for maior do que o esperado, ou se o reajuste de tarifas não conseguir cobrir as pressões de custos.

Publicado pela Standard & Poor's, uma divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, New York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, New York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2004 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. Reprodução total ou parcial é expressamente proibida exceto sob permissão. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes consideradas confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, adequação ou completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizarem tais informações.

Fitch Atlantic Atribui Rating Nacional 'A(bra)' à 6ª Emissão de Debêntures da Sabesp

Chicago/Rio de Janeiro/São Paulo, 26 de agosto de 2004 – A Fitch Atlantic Ratings atribuiu, hoje, o Rating Nacional de Longo Prazo 'A(bra)', com Perspectiva Estável, à sexta emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

O rating reflete, entre outros fatores, as destacadas margens operacionais obtidas em sua atividade e a forte geração operacional de caixa apresentada pela empresa nos últimos anos, com nível de previsibilidade elevado, mesmo em períodos de restrição no fornecimento de água. O perfil de longo prazo da dívida e a posição de única prestadora do serviço de saneamento básico em sua área de atuação fortalecem os fundamentos de crédito da Sabesp. Os riscos político e regulatório e a elevada exposição cambial permanecem limitando a classificação. O rating atribuído contempla para 2006 nível de alavancagem (dívida líquida/EBITDA) e cobertura de juros com perfis mais conservadores, ficando, respectivamente, abaixo e acima de três vezes.

A Sabesp reportou, em suas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2004, receita líquida e EBITDA de BRL2.126,3 milhões e BRL966 milhões, respectivamente. O resultado deste semestre foi influenciado pelo Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água na Região Metropolitana do Estado de São Paulo (RMSP), iniciado em 15 de março de 2004, que significou uma redução de 7% no consumo da região, de abril a junho de 2004, em relação ao mesmo período de 2003. Este fato contribuiu para que a receita líquida da empresa não crescesse, quando comparados os primeiros semestres de 2003 e 2004, no mesmo nível do reajuste tarifário de 19% determinado em agosto de 2003. O volume de perdas de receita com a racionalização do consumo e a bonificação deverá ficar próximo dos BRL330 milhões em 2004. Os reservatórios que abastecem a RMSP estão com maiores volumes de água em relação a 2003, afastando, a princípio, o risco de uma necessidade de postergação da racionalização, programada para encerrar em 15 de setembro de 2004, ou mesmo de um racionamento.

Até junho de 2004, a margem de EBITDA continuou elevada, embora tenha reduzido de 47,8% para 45,4%, quando comparado com o mesmo período de 2003. Esta margem deverá ser beneficiada no segundo semestre de 2004 em função do reajuste tarifário anual de 6,78% aprovado em agosto de 2004. Em junho de 2004, as relações dívida bruta/EBITDA e dívida líquida/EBITDA anualizadas estavam em 3,8 vezes e 3,7 vezes, respectivamente, ainda elevadas para a categoria de rating. Estes indicadores de cobertura são atenuados pelo perfil de longo prazo da dívida e pela baixa volatilidade nas receitas e margens de EBITDA da companhia.

A dívida da Sabesp continua com elevada exposição cambial, estando 43% vinculados à moeda estrangeira, sem que haja uma política de hedge e sem que a empresa detenha receitas em moeda forte. Ao final de junho de 2004, apenas 15,3% (BRL1,1 bilhão) venciam no curto prazo, o que era favorável para a companhia. Contudo, este percentual deverá migrar para mais de 20% ao final de 2004, tendo em vista a concentração de vencimentos no montante de BRL1,1 bilhão, de julho a dezembro de 2005. O volume maior de obrigações e a posição de caixa menos robusta geram uma maior necessidade de captação da companhia. No entanto, a Fitch Atlantic considerou, na avaliação, que a Sabesp tem conseguido acesso às linhas de crédito nacionais e externas, nos últimos anos, e que, mesmo em cenários de maior volatilidade cambial e de juros, os recursos necessários aos refinanciamentos deverão ser supridos pelo mercado. Em junho de 2004, a Sabesp apresentava um caixa de BRL102,9 milhões, posição reduzida frente a suas obrigações financeiras de curto prazo, dando cobertura a apenas 9,2% destas. As necessidades de investimentos são razões para que a forte geração de caixa obtida na atividade ainda não seja suficiente para propiciar uma melhor liquidez e para fazer frente a seus pagamentos futuros, uma vez que o incremento do EBITDA por conta destes investimentos realizados tem sido reduzido.

SÃO PAULO

Alameda Santos 1.470, Conj. 511 – 01418-100 – São Paulo – SP – Brasil – Tel.: (5511) 4504-2600 – Fax: (5511) 4504-2601

RIO DE JANEIRO

Rua Sete de Setembro, 99, 25º e 26º andares – 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel.: (5521) 4503-2600 – Fax: (5521) 4503-2601

FitchAtlanticRatings

Uma das características do saneamento básico no Brasil é a ausência de concorrência na prestação do serviço, o que beneficia a Sabesp e as demais empresas do setor. Como a atividade envolve saúde pública, sempre existe demanda para este serviço, a qual pode ser prejudicada apenas em situações indiretas, como a ocorrida na época do racionamento de energia elétrica. Do lado da oferta, os índices pluviométricos registrados são determinantes para evitar restrições ao consumo.

Por se tratar de uma empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, existe o risco de ingerência política, acentuado em períodos pré e pós-eleitorais. O Conselho de Administração da empresa tem a maioria de seus membros indicados pelo governo, que pode ainda influenciar a política de reajuste tarifário, prejudicando os interesses da companhia.

A intenção do Governo Federal de regulamentar o setor de saneamento básico também traz riscos para a Sabesp, pois, se por um lado define regras, por outro, pode alterar e influenciar negativamente a relação atual existente entre a empresa e os municípios que atende.

A emissão de debêntures não conversíveis em ações e da espécie quirografária, no valor de BRL600 milhões, será realizada em três séries. O prazo da primeira, segunda e terceira séries é de três, cinco e seis anos, respectivamente, a contar da data da emissão, em 1º de setembro de 2004. Esta emissão conta com garantia firme de colocação para cada série nos montantes de BRL280 milhões (primeira série), BRL200 milhões (segunda série) e BRL120 milhões (terceira série). Todas terão o valor nominal unitário das debêntures amortizado apenas na data de vencimento final. A remuneração da primeira série será baseada na taxa média dos Depósitos Interbancários de um dia (CDI), enquanto as demais no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), acrescidas de spreads a serem definidos em processo de bookbuilding. Os recursos da emissão de debêntures serão utilizados para o alongamento de dívidas.

A Sabesp é operadora dos sistemas de serviços públicos de água e esgoto no Estado de São Paulo, atendendo 368 dos 645 municípios, além de fornecer água por atacado a seis outros municípios da região metropolitana. A companhia atende a 25 milhões de habitantes com água, sendo diretamente a 22,2 milhões de habitantes (6,3 milhões de ligações), e a 18 milhões de habitantes com coleta de esgoto (4,7 milhões de ligações). Os índices de cobertura da Sabesp são de 100% da população de sua área de atuação, para o fornecimento de água, e 85% da população para a coleta de esgoto, onde 76% do esgoto é tratado. A Sabesp é controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, que detém 71,5% das ações ordinárias e totais da empresa.

O Relatório Analítico sobre a sexta emissão de debêntures da Sabesp estará futuramente disponível em www.fitchratings.com.br

Contatos: Mauro Storino ou Ricardo Carvalho, 55-21-4503-2600, Rio de Janeiro.

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, 55-21-4503-2623, Rio de Janeiro.

Nota aos Editores:

Ratings Nacionais refletem uma medida relativa da qualidade de crédito de entidades em países cujos ratings soberanos em moeda estrangeira e local estejam abaixo de 'AAA'. Os Ratings Nacionais não são comparáveis internacionalmente, já que o melhor risco relativo dentro de um país é avaliado como 'AAA' e outros créditos são avaliados somente em relação a este. Tais ratings são sinalizados pela adição de um identificador para o país em questão, como 'AAA (bra)' para Ratings Nacionais no Brasil.

A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. tiveram todo o cuidado na preparação deste documento. Nossas informações foram obtidas de fontes que consideramos fidedignas, mas sua exatidão e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Ratings Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

SÃO PAULO

Alameda Santos 1.470, Conj. 511 – 01418-100 – São Paulo – SP – Brasil – Tel.: (5511) 4504-2600 – Fax: (5511) 4504-2601

RIO DE JANEIRO

Rua Sete de Setembro, 99, 25º e 26º andares – 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel.: (5521) 4503-2600 – Fax: (5521) 4503-2601

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

*Emissora***Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

Rua Costa Carvalho, n.º 300
05429-900 – São Paulo – SP

*Instituições Intermediárias***Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.**

Avenida Eusébio Matoso, n.º 891 – 18º andar
05423-901 – São Paulo - SP

Banco Santander Brasil S.A.

Rua Amador Bueno, n.º 474 – 3º andar, Bloco C
04752-005 – São Paulo – SP

BB Banco de Investimento S.A.

Rua Senador Dantas, n.º 105 – 28º andar
20031-080 – Rio de Janeiro - RJ

Banco Bradesco S.A.

Avenida Paulista, n.º 1450 – 3º andar
01310-917 - São Paulo – SP

Banco ABN AMRO Real S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.374 – 16º andar
01310-916 – São Paulo - SP

*Banco Mandatário e Instituição Depositária***Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus Vila Iara Prédio Amarelo 2º andar
Osasco SP

*O Agente Fiduciário***Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas n.º 500, Bloco 13, Grupo 205
Rio de Janeiro

*Assessores Legais da Emissora***Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
01403-001 - São Paulo - SP

*Assessores Legais das Instituições Intermediárias***Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados**

Rua Funchal, n.º 263 – 11º andar
04551-060 São Paulo - SP